

## DISCURSO, IMAGINÁRIO SOCIAL E CONHECIMENTO

Eni Puccinelli Orlandi\*

### Discurso: uma noção fundadora

Vamos definir diretamente o discurso como efeito de sentido entre locutores. Essa é uma definição de discurso em seu sentido amplo e nos introduz em um campo disciplinar que trata da linguagem em seu funcionamento. Ou seja, se pensamos o discurso como efeito de sentidos entre locutores, temos de pensar a linguagem de uma maneira muito particular: aquela que implica considerá-la necessariamente em relação à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos. Isto quer dizer que o discurso supõe um sistema significante, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade já que sem história não há sentido, ou seja, é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique. Daí os efeitos entre locutores. E, em contrapartida, a dimensão simbólica dos fatos.

Nos anos 60, os estudos e pesquisas feitos sobre a relação da linguagem com seu contexto (a exterioridade) tomam uma forma singular e precisa, no que temos chamado de escola francesa de Análise de Discurso (AD) — cujo autor fundamental é M. Pêcheux. A Análise de Discurso se constitui no espaço disciplinar que põe em relação a Lingüística com as Ciências Sociais. Mas qual é o sentido desta relação?

\* Da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

É justamente a natureza e o estatuto dessa relação que dão singularidade à forma de conhecimento que é a Análise de Discurso. Ela se constitui na relação da Lingüística com as Ciências Sociais não enquanto complementação de uma pela outra, ou melhor, como se ela pudesse superar o limite (a falta) necessário que define a ordem de cada uma dessas disciplinas. Como sabemos, a Lingüística, para se constituir, exclui o sujeito e a situação (o que chamamos exterioridade), e as Ciências Sociais não tratam da linguagem em sua ordem própria, de autonomia, como sistema significante, mas a atravessam em busca de sentidos de que ela seria mera portadora, seja enquanto instrumento de comunicação ou de informação. Em suma, a Lingüística exclui a exterioridade, e as Ciências Sociais tratam a linguagem como se ela fosse transparente. A Análise de Discurso, por seu lado, ao levar em conta tanto a ordem própria da linguagem como o sujeito e a situação, não vai simplesmente juntar o que está necessariamente separado nessas diferentes ordens de conhecimento. Ao contrário, ela vai trabalhar essa separação necessária, isto é, ela vai estabelecer sua prática na relação de contradição entre esses diferentes saberes. Desse modo, ela não é apenas aplicação da Lingüística sobre as Ciências Sociais ou vice-versa. A Análise de Discurso produz realmente outra forma de conhecimento, com seu objeto próprio, que é o discurso. Este, por sua vez, se apresenta como o lugar específico em que podemos observar a relação entre linguagem e ideologia.

Essa relação contraditória, estabelecida pela AD entre a Lingüística e as Ciências Sociais, mostra o que tenho chamado de "dispersão disciplinar" (Orlandi, 1992). Há uma dispersão das formas de conhecimento e os projetos de interdisciplinaridade supõem poder elidir essa dispersão necessária, ou seja, pensam

poder ultrapassá-la pela instrumentalização de uma disciplina pela outra. Estes se iludem com a possibilidade do objeto integral e do saber total, como se a fala da interdisciplinaridade pudesse por si ultrapassar a história do conhecimento e não fosse, ao contrário, parte dela. A Análise de Discurso reconhece a dispersão das disciplinas como uma necessidade que se sustenta na própria relação do conhecimento com a linguagem (com o discurso), sendo esta sempre sujeita à interpretação. O que significa afirmar a abertura do simbólico nessa relação com a dispersão do saber em seus diferentes discursos.

Mais particularmente, o momento de constituição das Ciências Sociais e Humanas, no século XIX, é marcado por uma noção de sujeito (psicológico, calculável, visível) e de linguagem (transparente, com seus conteúdos sociológicos, psicológicos, etc.) incompatíveis com a noção de sujeito e linguagem atuais, que já não asseguram uma continuidade entre essas diferentes disciplinas. Trata-se de sujeito e linguagem pensados na relação com o inconsciente e com a ideologia, onde não há transparência, controle nem cálculo que possa apagar o equívoco, a imprevisibilidade e a opacidade constitutivos dessas noções sobre as quais se sustenta o conjunto de saberes que constituem o que chamamos Ciências Sociais, ou Humanas.

Penso que este é um dos fatos importantes que colocam a necessidade de se refletir sobre a noção de discurso na relação com qualquer forma de conhecimento. E a Análise de Discurso tem certamente o que dizer sobre isso, colocando-se assim como um campo de conhecimento diretamente concernido na relação com a linguagem, com o sujeito e conseqüentemente com as formas do saber.

### **Nem aplicação, nem instrumento: um outro modo de saber**

A Análise de Discurso, ao se fazer no entremeio entre Lingüística e Ciências Sociais, não se especifica claramente um lugar no/de reconhecimento das disciplinas. O que lhe importa é sobretudo colocar questões para a Lingüística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo que coloca questões para as Ciências Sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem, a do sujeito e a do sentido, transparência sobre a qual essas ciências se assentam. Nesse mesmo movimento em que a AD exerce sua prática crítica, ela mostra que o recorte de constituição dessas disciplinas que levam a essa separação necessária — entre linguagem e exterioridade — e se constituem nela, é o recorte que nega a existência desse outro objeto, o *discurso*, que coloca como base a noção de materialidade, seja lingüística, seja histórica, ligando de modo particular linguagem e exterioridade. Esse objeto, o discurso, trabalhando esse espaço disciplinar, faz aparecer uma outra noção de ideologia, passível de explicitação a partir da noção mesma de discurso e que não separa linguagem e sociedade na história. É no discurso que se pode apreender a relação entre linguagem e ideologia, tendo a noção de sujeito como mediadora: não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. O efeito ideológico elementar é o que institui o sujeito (sempre já-lá).

Com efeito, o discurso é um objeto particular. O trabalho com o discurso leva a uma forma de conhecimento específico com um objeto que não é simplesmente o resultado da relação de um objeto de uma disciplina, com outro, de outra disciplina. A AD, nessa perspectiva, não é apenas aplicação da Lingüística sobre o

objeto das Ciências Sociais e nem o inverso, ou seja, aplicação das Ciências Sociais sobre o objeto da Lingüística. Longe disso, a consideração do discurso leva a uma outra prática analítica seja sobre a linguagem, seja sobre a sociedade, seja sobre o sujeito. Em contrapartida, também não se pode tomar a Análise de Discurso apenas como instrumento para as outras disciplinas.

A esse respeito, podemos encontrar em M. Pêcheux uma elaboração teórica muito pertinente sobre a questão dos instrumentos na construção do conhecimento.

Há um processo, diz P. Henry (1990) que corresponde ao que Pêcheux chama de reprodução metódica do objeto de uma ciência, ou seja, "o processo pelo qual uma ciência cria seu próprio *Spielraum* ou espaço de jogo, faz variar suas questões, e, através de tais variações, ajusta seu discurso teórico a si mesma, nele desenvolvendo sua consistência e necessidade". As ciências que já estão bem estabelecidas desenvolvem esses instrumentos no seu próprio interior sob a forma do que ele chama "teoria realizada". No entanto, quando um instrumento é transferido de um ramo da ciência para outro, ou de uma ciência para outra, esse instrumento é reinventado, tornando-se então instrumento dessa ciência. E através da interpretação dos instrumentos, portanto, que as ciências colocam suas questões, e o ajuste de um discurso científico a si mesmo consiste na apropriação dos instrumentos pela teoria. E isto que faz da atividade científica uma prática. Nessa perspectiva posta por Pêcheux, não se transfere simplesmente um instrumento emprestado a outra ciência, ao contrário, a apropriação de um instrumento é elaboração teórica. Há resignificação do instrumento na/pela teoria.

Pensando a especificidade da Análise de Discurso em relação à Lingüística, isto quer dizer que para Pêcheux, o seu instrumento científico não podia ser concebido independentemente de uma teoria que o incluísse. O que pudesse ser tomado de empréstimo (P. Henry, 1990) para construir esse instrumento precisava ser reinventado, devia poder ser "apropriado" pela teoria que a Análise de Discurso tivesse em vista. Em particular no que diz respeito à Lingüística, esse instrumento da Análise de Discurso não podia ser somente de análise lingüística "aplicada". E isto é válido para todos os outros instrumentos. Ao que Pêcheux visa é a transformação da prática científica.

Do mesmo modo podemos dizer que também a relação da Análise de Discurso com as outras disciplinas supõe uma transformação de suas práticas. Não se trata só de uma instrumentalização, no sentido utilitário, da Análise de Discurso por estas outras disciplinas. Nem se trata de uma mera "aplicação". É uma relação entre teoria, objeto e prática científica, em que o discurso entra como um campo de questões posto para essas disciplinas. E esse campo de questões acarreta deslocamentos em relação à compreensão do que seja história, sujeito, linguagem e ideologia.

### **Discurso e ideologia: relação com o imaginário**

Como dissemos, a Análise de Discurso tem seu ponto de apoio na reflexão que produz sobre o sujeito e o sentido — um relativamente ao outro — já que considera que, ao significar, o sujeito se significa. Ela propõe assim uma forma de pensar sujeito e sentido que se afasta tanto do idealismo subjetivista (sujeito individual) como do objetivismo abstrato (sujeito universal). Recusa

assim tanto o sujeito ascético, o da mente (o biológico), sujeito falante/ouvinte ideal, sem história, como também não se ilude com o individualismo subjetivista que exclui igualmente a historicidade. Quanto ao sentido, ela também produz sua crítica a duas tendências que se ligam: à que propõe o sentido literal (o sentido é um, do qual derivam os outros) e à que, no lado oposto, diz que o sentido pode ser qualquer um. Ambas posições são a negação da história. A Análise de Discurso considera que o sentido não está já fixado *a priori*, como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há determinação histórica do sentido.

Essa relação com a exterioridade, a historicidade, tem um lugar importante, eu diria mesmo definidor, na Análise de Discurso. De tal modo que, ao pensar a relação entre linguagem e sociedade, ela não sugere meramente uma correlação entre elas. Mais do que isso, o discurso é definido como processo social cuja especificidade está em que sua materialidade é lingüística. Há, pois, construção conjunta entre o social e o lingüístico.

Ao introduzir a noção de sujeito e de situação (contexto, exterioridade), a Análise de Discurso afirma o decentramento do sujeito.

Se é assim para o sujeito, também a relação com o mundo é constituída pela ideologia; a ideologia é vista como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência. No discurso, o mundo é apreendido, trabalhado pela linguagem e cabe ao analista procurar apreender a construção discursiva dos referentes. A ideologia é, pois, constitutiva da relação do mundo com a linguagem, ou melhor, ela é condição para essa relação. Não há relação termo-a-termo entre as coisas e a linguagem. São

ordens diferentes, a do mundo e a da **linguagem. Incompatíveis** em suas naturezas próprias. A possibilidade mesma dessa relação se faz pela ideologia. Daí decorre que, discursivamente, por trabalharmos sempre essas relações, não é só a noção de linguagem que é diferente; também as noções de social, de histórico, de ideológico se transformam.

Quanto ao social, não são os traços sociológicos empíricos — classe social, idade, sexo, profissão — mas as formações imaginárias que se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso: a imagem que se faz de um pai, de um operário, de um presidente, etc. Há em toda língua mecanismos de projeção que permitem passar da situação sociologicamente descritível para a posição dos sujeitos discursivamente significativa.

No que diz respeito ao ideológico, não se trata de procurar "conteúdos" ideológicos que seriam a ocultação da realidade, mas justamente os processos discursivos em que ideologia e linguagem se constituem de forma a produzir sentidos. Na Análise de Discurso se trabalha com os processos de constituição da linguagem e da ideologia e não com seus "conteúdos". A ideologia não é "x", mas o mecanismo de produzir "x". No espaço que vai da constituição dos sentidos (o interdiscurso) à sua formulação (o intradiscurso) intervêm a ideologia e os efeitos imaginários.

A relação do homem com a linguagem é constituída por uma junção à interpretação: diante de qualquer objeto simbólico "x" somos instados a interpretar o que "x" quer dizer. Nesse movimento da interpretação, aparece-nos como conteúdo já-lá, como evidência, o sentido desse "x". Ao se dizer, interpreta-se — e a interpretação tem sua espessura, sua materialidade —, mas

nega-se, no entanto, a interpretação e suas condições no momento mesmo em que ela se dá e se tem a impressão do sentido que se "reconhece", já-lá. Esse é o efeito da literalidade. A significância, no entanto, é um movimento contínuo determinado pela materialidade da língua e da história. Necessariamente determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Há o primado do interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros e é daí que tiram sua identidade, sua realidade significativa. A interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais, eternas. É a ideologia que produz o efeito da evidência, e da unidade, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos como "naturais".

Pela ideologia se naturaliza o que é produzido pela história; há transposição de certas formas materiais em outras. Há simulação (e não ocultação de conteúdos) em que são construídas transparências (como se a linguagem não tivesse sua materialidade, sua opacidade) para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas.

A ideologia é interpretação de sentidos em certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários. Ela não é, pois, ocultação mas função necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem, no sentido da refração, do efeito (imaginário) necessário de um sobre o outro. Na verdade, é o efeito da separação e da relação necessária mostradas no mesmo lugar. Há uma contradição entre mundo e linguagem, e a ideologia é trabalho desta contradição. Daí a necessidade de distinguirmos entre a forma abstrata

(com sua transparência e seu efeito de literalidade) e a forma material, que é histórica (com sua opacidade e seu equívoco) quando trabalhamos com discurso.

O deslocamento que propomos não separa forma e conteúdo, mas trabalha a forma material (em que o conteúdo se inscreve) e não a forma abstrata, que perpetuava a divisão: forma (lingüística)/ conteúdo (ciências sociais).

Também a noção de imaginário ganha sua especificidade na Análise de Discurso.

Acabamos de dizer que não existe relação direta entre a linguagem e o mundo. A relação não é direta mas *funciona* como se fosse, por causa do imaginário. Ou, como diz Sercovich (1977), a dimensão imaginária de um discurso é sua capacidade para a remissão de forma direta à realidade. Daí seu efeito de evidência, sua ilusão referencial. Por outro lado, a transformação do signo em imagem resulta justamente da perda do seu significado, do seu apagamento enquanto unidade cultural ou histórica, o que produz sua "transparência". Dito de outra forma, se se tira a história, a palavra vira imagem pura. Essa relação com a história mostra a eficácia do imaginário, capaz de determinar transformações nas relações sociais e de constituir práticas. Mas, em seu funcionamento ideológico, as palavras se apresentam com sua transparência que poderíamos atravessar para atingir seus "conteúdos".

É essa transparência que a Análise de Discurso põe em causa ao considerar o imaginário como produtor desse efeito e restituir,

como diz M. Pêcheux (1984), a opacidade do texto ao olhar leitor. O que se propõe é trabalhar então a ilusão do sujeito como origem e a da transparência da linguagem com seus sentidos já-lá. Desse modo, a Análise de Discurso repõe como trabalho a própria interpretação, o que resulta em compreender também de outra maneira a história, não como sucessão de fatos com sentidos já dados, dispostos em seqüência cronológica, mas como fatos que reclamam sentidos (Henry, 1994), cuja materialidade não é possível de ser apreendida em si, mas no discurso. Assim, quando afirmamos a determinação histórica dos sentidos é disso que estamos falando. Não estamos pensando a história como evolução ou cronologia, mas como filiação; não são as datas que interessam, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam.

E por todas essas razões que a Análise de Discurso permite uma posição crítica em relação ao que chamamos "conteúdismo" (Orlandi, 1992). Considerar-se os conteúdos das palavras e não, como deve ser, o funcionamento do discurso na produção dos sentidos, podendo-se assim explicitar o mecanismo ideológico que o sustenta. E isto que chamamos compreensão (Orlandi, 1988), ou seja, a explicitação do modo como o discurso produz sentidos.

Pensando a linguagem na sua relação com a exterioridade, pelo dispositivo que é o da Análise de Discurso, levamos em conta tanto a constituição dos sujeitos como dos sentidos afetados pela ideologia (e pelo inconsciente). Daí que a melhor maneira de definir nosso trabalho é o de dizer que ele realiza um programa de compreensão do significar na medida em que, pela noção de discurso, podemos atingir os efeitos que se produzem na construção de diferentes gestos de leitura. É finalmente a possibilidade de se apreender o movimento de diferentes sítios de significância

representados em cada gesto de leitura (Orlandi, 1994) que permite à Análise de Discurso atravessar os efeitos, compreender os mecanismos da ilusão e pensar cada discurso como "um deslocamento na rede de filiações de sentidos" (Pêcheux, 1992).

Considerando, pois, a questão do lugar da linguagem (do discurso) nos empreendimentos teóricos do projeto pedagógico — não só em sua determinação disciplinar — podemos perceber a importância da explicitação de uma relação bem informada, primeiramente com o discurso, ou melhor, os discursos que são seus objetos ou que fazem parte de sua prática reflexiva, e depois com a própria Análise de Discurso, não sob a forma da instrumentalização, mas enquanto movimento teórico na constituição de seu campo de conhecimento.

A melhor forma talvez de compreender essa relação da Análise de Discurso com a produção de conhecimento — sobretudo quando pensamos a Escola como espaço institucional próprio em que isso se dá — é lembrar o contexto teórico em que a Análise de Discurso se constitui. Nos anos 60, a noção de "leitura" sofre uma suspensão. Lacan "lê" Freud, Althusser "lê" Marx, Foucault propõe a "arqueologia", Barthes prefere a leitura à escritura. Ler adquire o sentido da produção de um dispositivo teórico. Não há mais lugar para a relação ingênua, para a naturalização dos gestos de leitura. A Análise de Discurso é a região teórica em que se coloca a questão sobre a construção desses dispositivos como parte de qualquer reflexão. E é a espessura semântica a relação necessária da linguagem com o equívoco e à relação do sujeito com a opacidade, que ganha um estatuto, senão legítimo, ao menos incontornável, nas formas de saber.

Com efeito, a noção de discurso, que devolve à linguagem sua espessura material e ao sujeito sua contradição, coloca-se como historicamente necessária para o deslocamento dessas relações entre disciplinas e aponta para uma nova organização, novos recortes, novos desenhos de formas de conhecimento, se não se pensam mais essas regiões disciplinares (com seus "conteúdos") mas um novo jogo entre as formas do saber.

### Referências bibliográficas

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de M. Pêcheux. In: GADET, F., HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

\_\_\_\_\_. A História não existe? In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

ORLANDI, E. *Discurso e leitura*. São Paulo: Ed. UNICAMP: Cortez, 1988. cap.: Inteligibilidade, interpretação e compreensão.

\_\_\_\_\_. *Entremeio e discurso*. Santa Maria: [s.n.], 1992. Congresso Interdisciplinar.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

PÊCHEUX, M. Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours. *Mots*, Paris, n.9, 1984.

\_\_\_\_\_. *Discours: structure ou événement?* Campinas: Pontes, 1992.

SERCOVICH, A. *El discurso, el psiquismo y el registro imaginario*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1977.